

**Capítulo  
1**

**Sociedade dos riscos  
emergentes**

**João Areosa e Hernâni Veloso Neto**

**João Areosa**

*Licenciado, Mestre e Doutor em Sociologia. Pós-graduado em Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho e Especialista Segurança e Higiene no Trabalho. Docente no ISLA e no ISEC. Investigador integrado CICS da Universidade do Minho. Membro do conselho editorial da revista Segurança Comportamental. Membro da estrutura organizativa da Rede de Investigação sobre Condições de Trabalho (RICOT). Membro do conselho de edição do International Journal on Working Conditions.*

**Hernâni Veloso Neto**

*Sociólogo, é Professor Universitário, Investigador de Pós-Doutoramento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e Investigador Associado do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto onde coordena três grupos de investigação: Cive Morum – Núcleo de Estudos e Intervenção Cívica; RICOT – Rede de Investigação sobre Condições de Trabalho; PBS - Plataforma Barómetro Social. As principais áreas de ensino e investigação são: condições de trabalho, segurança e saúde no trabalho, igualdade de género, comportamento organizacional, responsabilidade social e desenvolvimento sustentável.*

## 1. Riscos emergentes

O presente texto cumpre o intuito de enquadrar a problemática dos riscos psicossociais no trabalho enquanto riscos emergentes, procurando fornecer pistas explicativas para o que se acredita ser uma tendência contemporânea de atribuição de visibilidade a determinados riscos ocupacionais. É um fenómeno que, em grande parte, pode ser explicado pela mobilização dos quadros teóricos da sociedade do risco e da amplificação social risco, nomeadamente através da análise do papel assumido pela ciência e pelos amplificadores sociais no incremento do conhecimento e do debate público sobre fatores de risco e níveis de exposição populacional. A tipificação assumida como título do texto visa precisamente dar ênfase a essa premissa dos contextos sociais atuais como sociedade dos riscos emergentes. Favorece a condensação dos pontos de vista que serão explorados e a explicitação dos pressupostos que sustentam e podem orientar a navegação pela reflexão apresentada.

Os riscos civilizacionais estão longe de serem vistos de forma consensual, porque nem sempre existem evidências irrefutáveis sobre a sua existência ou sobre a exposição das pessoas em determinados contextos sociais ou ocupacionais. O princípio da precaução nasce através deste dilema, tal como a necessidade social de estudos técnicos para consubstanciar receios e intervenções. Adams e Thompson (2002) categorizaram este tipo de riscos como *riscos virtuais*. A sociedade torna-se ela própria alvo de reflexão, numa perspetiva autocrítica. A invisibilidade de alguns riscos, devido a estarem “escondidos ou camuflados”, coloca políticos e cientistas numa posição estratégica para interpretar estas situações. Através deste conjunto restrito de agentes sociais, os riscos podem sofrer processos de ampliação ou atenuação, isto é, podem assumir maior ou menor relevância social, tornando-se, simultaneamente, objeto de interpretação e valoração social. Os novos riscos globais relativizam as posições sociais tradicionais, ricos e pobres, chefias e subordinadas/os são alvo das consequências da poluição ambiental, da utilização de novas tecnologias e dos demais riscos emergentes. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia permitiu o progresso económico das sociedades ocidentais, mas também o aparecimento e valorização pública de novos riscos (Beck, 1992).

O risco define as sociedades modernas, por isso é que Beck (1992) as designou como *sociedades de risco*. Esta noção de risco surge associada ao conceito de modernização reflexiva, sendo definido como uma forma sistemática de lidar com perigos e inseguranças induzidas e introduzidas

pela própria modernização. Os riscos, ao contrário dos perigos “mais velhos”, são consequências que se relacionam com a força ameaçadora da modernização e da globalização da dúvida, tornando-se politicamente reflexivos (idem).

Adams (1995) contesta parcialmente a visão de Beck, visto que a criação de riscos efetuada pelo ser humano não é um fenômeno recente, embora concorde que alguns dos novos riscos são fruto da ciência e da tecnologia moderna. Na mesma linha de Beck, Giddens (1995 e 2000) afirma que o risco é um fenômeno incorporado na modernidade e utiliza a distinção entre os conceitos de risco e de perigo para explicar esta condição. Este autor defende que os perigos sempre existiram na história da humanidade, mas a avaliação dos perigos e dos riscos, em relação às possibilidades futuras, é substancialmente diferente entre as sociedades tradicionais e as sociedades modernas. Antigamente, as pessoas viviam sobre a ameaça de fatores de risco que tinham origem no mundo natural (exemplos: terremotos, tempestades, seca) e que não derivavam diretamente da ação humana (riscos externos), mas os riscos emergentes das sociedades industrializadas são manufaturados porque resultam da ação do conhecimento e da tecnologia humana sobre a natureza (Giddens, 1995). Isto é, decorrem das atitudes, percepções e comportamentos assumidos pelos indivíduos e grupos sociais (formal ou informalmente organizados) ao longo do tempo.

Enquanto no passado os riscos produzidos eram escassos, na atualidade abalam extensivamente o cotidiano humano. Paralelamente, cada vez mais as civilizações também são confrontadas com a instabilidade e agressividade dos fenômenos naturais, potenciando um cenário agregado mais ameaçador. Espera-se que os múltiplos agentes sociais vivam com essa crescente variedade de riscos que se podem efetivar quer no plano individual, quer no plano coletivo (os quais podem ser globais). O ser humano não tem (porventura, nunca chegou ou chegará a ter) o controle absoluto sobre certos acontecimentos, colocando-o em diferentes graus de risco para a sua segurança e saúde. A humanidade tem-se mostrado incapaz de medir de forma fiável algumas das consequências resultantes de determinados atos. As sociedades de risco realçam o lado obscuro das incertezas humanas e a sua ineficiência para determinar algumas ameaças a que as sociedades estão sujeitas. Beck faz referência que parte dessas ameaças não escapam apenas à percepção sensorial e imaginação das pessoas, acabam por ir além da compreensão do estado evolutivo da própria ciência. As sociedades de risco demonstram os

limites do próprio modelo social e científico vigente, ajudando a que se compreenda que as definições de perigo e de risco são sempre baseadas numa construção social e cognitiva.

Este princípio também se aplica ao conceito de riscos emergentes. É uma conceptualização definida e amplamente difundida pela Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (AESST). O risco emergente de segurança e saúde no trabalho é apresentado como qualquer risco ocupacional que é novo e está a aumentar (AESST, 2007a). Por novo entende-se o risco que: (i) era até então desconhecido; (ii) é causado por novos processos, novas tecnologias, novos tipos de local de trabalho, ou mudanças sociais ou organizacionais; (iii) é um problema de longa data, mas que, recentemente, foi considerado um risco devido a uma mudança na perceção pública; ou (iv) é um assunto de longa data, mas que os novos conhecimentos científicos permitem que passe a ser identificado como um risco. Por risco que está a aumentar entende-se que: (i) o número de perigos que conduzem ao risco está a crescer; (ii) a probabilidade de exposição ao perigo que conduz ao risco está a subir (nível de exposição e/ou o número de pessoas expostas); ou (iii) o efeito do perigo na saúde das/os trabalhadoras/es está a piorar (gravidade dos efeitos sobre a saúde e/ou o número de pessoas afetadas).

Esta conceptualização tem merecido acolhimento por outras instâncias governativas e académicas, especialmente no plano europeu, estando em linha com as estratégias da União Europeia para identificar e atuar sobre os fatores riscos que ameaçam a segurança e a saúde no trabalho (idem). Aliás, é nesse âmbito que a temática começou a adquirir relevo. Ao ser definida como prioridade política ganhou uma nova dimensão regulamentar e técnico-científica. Com base na estratégia comunitária de saúde e segurança no trabalho para o período de 2002 a 2006 (tendo continuidade na estratégia de 2007 a 2012) foram concretizadas iniciativas como: (i) a criação do Observatório Europeu dos Riscos, tendo em vista a monitorização dos riscos novos e emergentes na segurança e saúde profissional, a fim de melhorar a oportunidade e a eficácia de medidas preventivas” (AESST, s/d); (ii) a realização do Inquérito europeu às empresas sobre riscos novos e emergentes (ESENER), com o intuito de conhecer as opiniões de gestoras/es e de representantes das/os trabalhadoras/es sobre a forma como são geridos os riscos para a segurança e a saúde nos seus locais de trabalho, dedicando “especial atenção ao domínio crescente – e relativamente novo – dos riscos psicossociais”; e (iii) a consulta a peritas/os, com recurso à

metodologia Delphi, para obtenção de previsões sobre os riscos emergentes físicos, químicos, biológicos e psicossociais.

Qualquer uma das iniciativas contribuiu para o incremento de visibilidade que se referiu, mas para já dar-se-á maior ênfase à publicação dos quatro relatórios de previsões das/os especialistas consultados. Não só porque exploram e balizam o conceito de risco emergente e definem áreas prioritárias de monitorização, estudo e intervenção nos quatro principais tipos de riscos ocupacionais, mas também porque toda uma panóplia de ações de comunicação e debate público, de campanhas europeias de informação e formação, de regulamentações europeias e de estudos científicos têm sido promovidos com base nesses resultados. O que reafirma novamente o valor da informação e do conhecimento, em conjugação com as redes sociais e profissionais, na definição de contextos sociais de exposição e perceção sobre o risco.

As revisões e aprofundamentos desses documentos permitiram que se explorasse e compreendesse os riscos identificados nas previsões e os pressupostos que estiveram na base da sua sinalização (Idem). No Quadro 1 sistematiza-se os principais riscos emergentes apresentados nos quatro relatórios. Os riscos físicos estão, essencialmente, relacionados com o ruído, as vibrações, o ambiente térmico, os fatores de risco associados às lesões músculo-esqueléticas (LME) e os relacionados com radiações ionizantes e não-ionizantes, máquinas, processos e tecnologias de trabalho (Idem, 2005). Os riscos biológicos identificados podem ser grupados em quatro categorias: riscos biológicos de substâncias específicas, riscos biológicos inerentes a locais ou processos de trabalho específicos, riscos biológicos decorrentes de práticas de gestão e prevenção de riscos, e riscos biológicos ocupacionais ligados a fenômenos sociais e ambientais (Idem, 2007b). Os riscos químicos foram agrupados por temas nas sete categorias que a seguir se lista: partículas, poeiras e aerossóis; riscos devidos a substâncias cancerígenas, mutagénicas e tóxicas para a reprodução; riscos de alergias e sensibilização; substâncias explosivas e inflamáveis; substâncias e misturas com os efeitos na saúde desconhecidos ou recém-reconhecidos; riscos químicos específicos de processos de trabalho e locais de trabalho; e riscos multifatoriais relacionadas com substâncias perigosas (idem, 2009).

---

### **Quadro 1 - Principais riscos emergentes identificados**

---

#### Riscos Físicos

Falta de atividade física; Exposição combinada a fatores de risco de lesões músculo-esqueléticas e fatores de risco psicossociais; Complexidade de tecnologias e processos de trabalho com complexo interface operador/a-sistema; Insuficiente proteção de grupos de alto risco contra riscos ergonómicos continuados (duradouros); Falta de prescrições contra desconforto térmico nos locais de trabalho industrial; Radiação ultravioleta; Riscos multifatoriais; Vibrações (AESST, 2005).

---

#### Riscos Biológicos

Riscos ocupacionais relacionados à epidemia global; Organismos resistentes aos medicamentos; Baixo nível de conhecimento sobre avaliação de riscos biológicos; Falta de informação sobre riscos biológicos; Falta de manutenção dos sistemas de água e ar; Exposição combinada a agentes biológicos e químicos; Endotoxinas; Fungos; Tratamento de resíduos (Idem, 2007b).

---

#### Riscos Psicossociais

Novas formas de contratos de trabalho e insegurança no emprego (contratos precários no contexto do mercado de trabalho instável, vulnerabilidade dos trabalhadores no contexto da globalização, novas formas de contratos de trabalho, sentimento de insegurança no emprego e produção *lean production* e *outsourcing*); Envelhecimento da população ativa; Intensificação do trabalho (longas horas de trabalho e elevado ritmo de trabalho); Exigências emocionais elevadas no trabalho; Pobre equilíbrio trabalho-vida pessoal (Idem, 2007a).

---

#### Riscos Químicos

Nanopartículas e partículas ultrafinas; Gases de exaustão diesel; Fibras minerais sintéticas; Resinas epóxi; Isocianatos; Exposição dérmica; Substâncias perigosas em tratamento de resíduos; Produtos à base de sílica cristalina; Riscos químicos combinados com fatores organizacionais (Idem, 2009).

---

Os fatores psicossociais de risco destacados estavam relacionados com as novas formas de contratos de trabalho e emprego, o envelhecimento da população ativa, a intensificação da atividade laboral, as elevadas exigências emocionais no trabalho e a falta de equilíbrio entre vida e trabalho (Idem, 2007a). A temática dos riscos psicossociais foi deixada para o final propositamente. Por um lado, pelo facto de se reportar à temática do manual e se pretender vincar que os dados do relatório também foram tidos em consideração na preparação e estruturação da obra. Por outro lado, porque é caso que ilustra bem a argumentação que se tem apresentado. Conhecendo-se bem a produção científica desta área, como se julga conhecer, fica patente que os fatores destacados pelas/os especialistas já estão presentes na literatura há várias décadas, sendo possível filtrar diversos estudos e ensinamentos sobre os

seus efeitos no mundo do trabalho e sobre as melhores estratégias de proteção das/os trabalhadoras/es. Assim, estes fatores de risco apenas podem ser considerados como emergentes por se ter verificado alguma mudança na percepção pública sobre as temáticas e/ou algum aprofundamento dos conhecimentos científicos.

Pensa-se ser precisamente esse o caso dos riscos psicossociais. O problema é que nestes termos praticamente todos os riscos passam a ser emergentes, porque decorrem da construção mediática da sua relevância técnica e social, o que remete para o que se começou por frisar, são dinâmicas características das sociedades contemporâneas e que são explicadas pela emergência das sociedades do risco e da consolidação das estações de amplificação social dos riscos que lhes estão associadas. Nos pontos seguintes explorar-se-á com mais detalhe estes dois quadros teóricos, por forma a aprofundar a argumentação apresentada.

## 2. Pressupostos da sociedade do risco

Na segunda metade da década de oitenta, Ulrich Beck (1992) apresentou o inovador conceito de *sociedade de risco*,<sup>1</sup> para definir muitos dos riscos a que as sociedades atuais estão sujeitas, particularmente os riscos de carácter tecnológico e ambiental. A partir desta noção parece ter ficado relativamente claro que o tema do risco se tornou fulcral na contemporaneidade. Contudo, não se sabe se os tempos modernos são mais perigosos do que os passados, mas sabe-se, por exemplo, que os cidadãos ocidentais têm vindo a aumentar a sua esperança média de vida, que a mortalidade infantil baixou drasticamente e que as populações atuais são mais saudáveis do que no passado (Gardner, 2008). Apesar de todos estes benefícios, também se tem consciência que os antepassados não tiveram de conviver com alguns riscos produzidos pela tecnologia contemporânea (exemplos: centrais nucleares, transportes aéreos (aviação), plataformas petrolíferas, engenharia genética), daí a dificuldade em se responder com rigor se o mundo atual é mais perigoso ou mais seguro.

Para Beck *et al.* (2000, pág. 166), a sociedade de risco significa que se vive na *idade dos efeitos secundários*, onde nada é certo além da incerteza. A novidade desta noção reside no facto de algumas decisões humanas poderem envolver consequências e perigos globais que não

---

<sup>1</sup> Embora Lagadec (1981) já tivesse, anteriormente, preconizado que no tempo atual se vivia numa *civilização do risco*.

reconhecem fronteiras. Já se sublinhou a dificuldade em se precisar que gerações estavam mais expostas ao risco, mas o problema central não está situado na “quantidade” do risco, a grande diferença histórica entre o passado e o presente é que hoje se tem noção que é impossível controlar as consequências de algumas decisões civilizacionais. É neste contexto que Beck (1992) e Giddens (2000) utilizam o termo *incertezas fabricadas*.

O desenvolvimento do trabalho teórico de Beck sobre o risco tentou evitar, pelo menos na sua fase inicial, ligações claras aos anteriores trabalhos da teoria culturalista, talvez para salvaguardar uma imagem de originalidade. Embora, mais tarde, quer Beck, quer Giddens, viessem a compartilhar as críticas do paradigma culturalista à dicotomia entre o conhecimento pericial e as percepções leigas do risco. Uma das teses centrais de Beck revela que alguns dos novos riscos deixaram de poder ser pensados enquanto fenómenos locais, circunscritos a uma determinada área ou situação, visto que assumiram um carácter global. A abordagem da sociedade do risco teve um enorme impacto técnico, científico e social, embora também fosse alvo de diversas críticas.

A sociedade de risco emerge em resposta à obsolescência da sociedade industrial, onde também se verifica a erosão de alguns papéis sociais (Beck *et al.*, 2000). A terminologia de *sociedade de risco* designa, essencialmente, uma condição das sociedades contemporâneas, nas quais os riscos sociais, individuais, políticos e económicos tendem, de forma crescente, a escapar à proteção, controlo e monitorização da sociedade industrial. As situações imponderáveis, contingentes e aleatórias cresceram progressivamente, deixando de haver espaço para as certezas do passado dentro da dinâmica da modernidade (por exemplo, a ciência era vista como a solução para todos os problemas e o ideal de progresso era entendido como algo contínuo).

Segundo Beck, existem dois estádios distintos para esta transição em que a sociedade de risco sucede à sociedade industrial. A transição da sociedade industrial para a sociedade de risco é irreversível e o autor designa este período como modernidade reflexiva ou reflexividade.<sup>2</sup> Assim, num primeiro momento, os riscos, as ameaças e os efeitos perversos das sociedades industriais, coexistem de igual forma, mas não fazem parte da agenda dos *media*, nem da discussão pública, nem tão

---

<sup>2</sup> A modernização reflexiva significa uma autodestruição criativa da sociedade industrial. O termo reflexividade, na perspetiva de Beck, não significa, essencialmente, reflexão, representa, sobretudo, *auto confrontação* entre os efeitos da sociedade de risco e da sociedade industrial, visto que esta última mostra-se incapaz de monitorizar e resolver determinadas situações incertas (Beck *et al.*, 2000).

pouco se colocam no centro dos debates e conflitos políticos; enquanto num segundo momento, a discussão sobre os efeitos dos riscos passam a ocupar esses espaços. A ciência, a comunicação social e as entidades governativas assumem um papel importante nas sociedades de risco.

Num primeiro estágio ainda predominam as características mais marcantes da sociedade industrial, onde as ameaças ou riscos sobre o público são desvalorizadas e legitimadas pelos diversos centros de decisão e de poder, atribuindo-lhes um valor insignificante, designando-os, regra geral, como riscos residuais fruto das vivências quotidianas. Num segundo estágio de desenvolvimento, verifica-se uma consciencialização real das situações de risco, em que os perigos tendem a tornar-se o centro do debate político, público e privado. Segundo Beck, as organizações atuais tornaram-se, simultaneamente, produtoras e consumidoras das múltiplas formas e fontes de risco que não conseguem controlar. “A transição do período industrial para o período do risco da modernidade ocorre de modo indesejado, invisível e compulsivo no surgimento do dinamismo autonomizado da modernização, seguindo o modelo dos efeitos secundários latentes” (Beck et al., 2000, pág. 5). A sociedade de risco não é uma opção passível de aceitação ou rejeição no curso de disputas políticas, surge na continuidade dos processos de modernização autonomizada, que são cegos e surdos em relação aos seus próprios efeitos e ameaças (idem).

Apesar dos riscos individuais sempre terem existido, a modernidade gerou novos tipos de riscos, significativamente diferentes dos anteriores; alguns destes novos riscos tornaram-se cada vez mais dramáticos e globais. O aquecimento global e ameaça nuclear são exemplos paradigmáticos desta situação, visto que, virtualmente, pairam sobre todas as regiões do globo. Isto significa que o risco se transformou num fenómeno global e globalizante, todavia, mesmo com esta tendência de “democratização” do risco, a distribuição social dos níveis de exposição permanece desigual.

A sociedade industrial tinha como centro de conflito e de discussão, pública e política, a forma como deveriam ser distribuídos socialmente um certo número de bens e serviços, nomeadamente, o emprego, os rendimentos, os salários, as políticas mais adequadas para a segurança social e o crescimento económico. Com a emergência das sociedades de risco, coloca-se o cenário de como prevenir, controlar, distribuir e legitimar os riscos que estão associados às novas expressões políticas e

sociais, bem como as novas formas de produção técnico-científica contemporânea.

Os riscos, enquanto interpretações causais que se estabelecem com base no conhecimento, seja ele científico ou “anticientífico”, são influenciados pelos processos sociais de definição, podendo ser transformados, empolados ou minimizados (Neto, 2013). É nesse contexto que emergem preocupações associadas a fatores como, por exemplo, a tecnologia química, nuclear e biológica, a híper-militarização de alguns Estados, o caminho futuro da investigação genética e as suas finalidades, as sucessivas crises financeiras e as suas múltiplas consequências para a vida das pessoas, as crescentes ameaças ambientais e climáticas, a extinção de espécies e a perda da biodiversidade, as assimetrias entre os países mais pobres e os países mais ricos. Também é nesse contexto que são criados e amplificados os riscos como riscos emergentes.

A mudança de paradigma fez com que a tecnologia intelectual se tivesse sobreposto à tecnologia mecânica que caracterizou a industrialização, e, com isso, os níveis de consciência do risco subiram, proporcionalmente, com os níveis de conhecimento (Beck, 1992; Neto, 2013). O risco e a segurança das pessoas no trabalho começaram a ser concebidos socialmente de forma diferente. Para esse cenário em muito contribuiu as entidades estatais, a comunidade científica e os media, debruçando-se com maior rigor e amplitude sobre os fenômenos (idem). Com os riscos reconhecidos socialmente, aquilo que era “apolítico” torna-se político. De repente, a opinião pública e a política começam a influenciar o âmbito da gestão empresarial e social do risco. Neste sentido, a sociedade do risco também é a sociedade da ciência, dos meios de comunicação e de informação. Nela se abrem assim novos contrastes entre quem produz as definições do risco e quem as consome (Neto, 2013).

Fica mais claro que os riscos surgem no saber, sendo no saber que podem ser reduzidos, engrandecidos ou simplesmente eliminados da consciência individual e coletiva (Beck, 1992; Neto, 2013). O aumento do conhecimento técnico e científico veio diminuir ou controlar alguns riscos, mas, por outro lado, gerou novas formas de risco com consequências tão ou mais devastadoras, para as quais as sociedade não estavam preparadas por não terem qualquer experiência histórica semelhante.

A maioria destes novos cenários de risco pode ser produzida industrialmente, globalizados economicamente, individualizados juridicamente, legitimados cientificamente e minimizados politicamente (Beck, 1992). Os riscos existem e não são apenas uma mera construção

social imaginária. Embora a sua maior ou menor aceitabilidade possa depender da forma como são percebidos socialmente, tem que se reconhecer no processo alguma ambivalência, até porque convém não descurar que alguns riscos são demasiado apetecíveis para os mercados globais e os grupos de interesse (Bauman, 1993). A produção de riqueza contemporânea é acompanhada da produção de riscos (Beck, 1992).

A convivência quotidiana com o medo e com a insegurança converte-se numa experiência biográfica e política. A par da ciência, os *media* também assumem um papel preponderante nas sociedades de risco, na medida em que muitos dos riscos identificados só passam a fazer parte das representações sociais das populações e da agenda política a partir do momento em que são difundidas as suas consequências potencialmente catastróficas. Tradicionalmente, é a partir da divulgação pela opinião pública generalizada que as sociedades se sentem coagidas a refletir sobre as situações de risco e, eventualmente, a tomar medidas para se protegerem.

Os níveis mais elevados de informação e de conhecimento são geradores do aumento de tensão, angustia e consciencialização nas sociedades, tornando perceptíveis alguns riscos até então desconhecidos da opinião pública. Toda esta dinâmica é sempre complementada com a incerteza, científica e leiga, na procura das melhores formas de controlar certos riscos. A noção atual de risco enfatiza cada vez mais a dimensão da incerteza e dos efeitos gerados pelo processo civilizacional de modernização, despontando três descontinuidades com o passado: (i) aumento da cobertura ou extensão dos riscos (articulação do local com o global); (ii) aumento da magnitude dos danos (do parcial para o total); e (iii) extensão do horizonte temporal das ameaças (efeitos no presente e futuro).

Quanto mais o ser humano tenta colonizar o futuro, maior é a possibilidade de ele causar surpresas (Giddens, 1995 e 2000). Na verdade, as sociedades modernas transformaram-se em sociedades de risco porque estavam mais preocupadas em debater, prevenir e gerir as consequências futuras dos riscos, do que em refletir porque estavam elas próprias a criar e/ou empolar as ameaças que os potenciavam. A tipificação política e valorização pública dos riscos emergentes são sintomáticas dessa situação, cabendo às estações de amplificação social um papel central neste fenómeno, tal como se evidenciará no ponto seguinte.

### 3. Pressupostos da amplificação social dos riscos

Vive-se em tempos de rápida mudança, cada vez mais pautados por uma expansão maciça da ciência e das tecnologias de informação e comunicação e uma fragmentação social e cultural significativa que levou a "pânicos morais" e à politização de questões de risco (Beck, 1992; Petts, Horlick-Jones & Murdock, 2001). Determinadas ameaças apresentam um risco estatístico relativamente baixo, mas tornam-se num foco de preocupação social e político (ou seja, são amplificados), enquanto outros eventos, potencialmente mais graves, recebem relativamente pouca atenção pública (ou seja, são atenuados) (Petts, Horlick-Jones & Murdock, 2001). O principal pressuposto desta situação prende-se com o facto dos eventos de risco interagirem com processos psicológicos, sociais e culturais de uma forma que podem aumentar ou atenuar a perceção pública do risco e os comportamentos de risco relacionados (Kasperson et al, 1988).

Os estudos de comunicação do risco demonstraram o aparente fracasso dos processos tradicionais gerados por especialistas de cima para baixo (Petts, Horlick-Jones & Murdock, 2001), concebendo o resto dos agentes sociais como seres passivos e incapazes de compreender e interferir na gestão dos riscos. Também colocaram em evidência que a construção social das exposições e perceções começam na própria dinâmica de definição dos perigos. Os símbolos presentes nas mensagens são fatores-chave no desencadeamento da atenção de potenciais recetores e na formação dos processos de valorização ou desvalorização pública dos riscos e das ameaças (Kasperson et al, 1988). As estruturas sociais e os processos de experiência de risco, as repercussões resultantes sobre as perceções individuais e coletivas, e os efeitos dessas respostas na sociedade compõem um fenómeno geral que foi designado de amplificação social do risco (Kasperson et al, 1988; Kasperson, 1992). Este quadro conceptual procura especificar que o risco pode ser, simultaneamente, uma ameaça objetiva para as pessoas e um produto da cultura e da experiência social de cada comunidade (Kasperson, 1992).

Cada indivíduo e grupo desempenham um papel nessa dinâmica de construção e processamento social do risco. Esta interação entre os eventos de risco e os processos socioculturais deixa claro que o risco só tem sentido na medida em que ameaça como as pessoas pensam e vivem o mundo e as suas relações. O quadro teórico-metodológico da amplificação social do risco (SARF) começa a partir do conceito de evento de risco e adota a metáfora da amplificação das teorias da comunicação

desenvolvidas por Lasswell e por Shannon e Weaver (Kasperson & Kasperson, 1996), usando-as para descrever como os sinais de risco são recebidos, interpretados e transmitidos por uma variedade de agentes sociais (Idem). Enfatiza a forma como os sinais são sujeitos a alterações fruto das filtragens realizadas pelas várias estações de amplificação como, por exemplo, capacidade cognitiva de cada pessoa, agências governamentais, líderes de opinião, cientistas, grupos de interesse (*lobby*) e meios de comunicação social. Portanto, o quadro conceptual da amplificação social do risco é dinâmico (Figura 1), tendo em conta a aprendizagem e interações sociais resultantes da experiência com o risco.

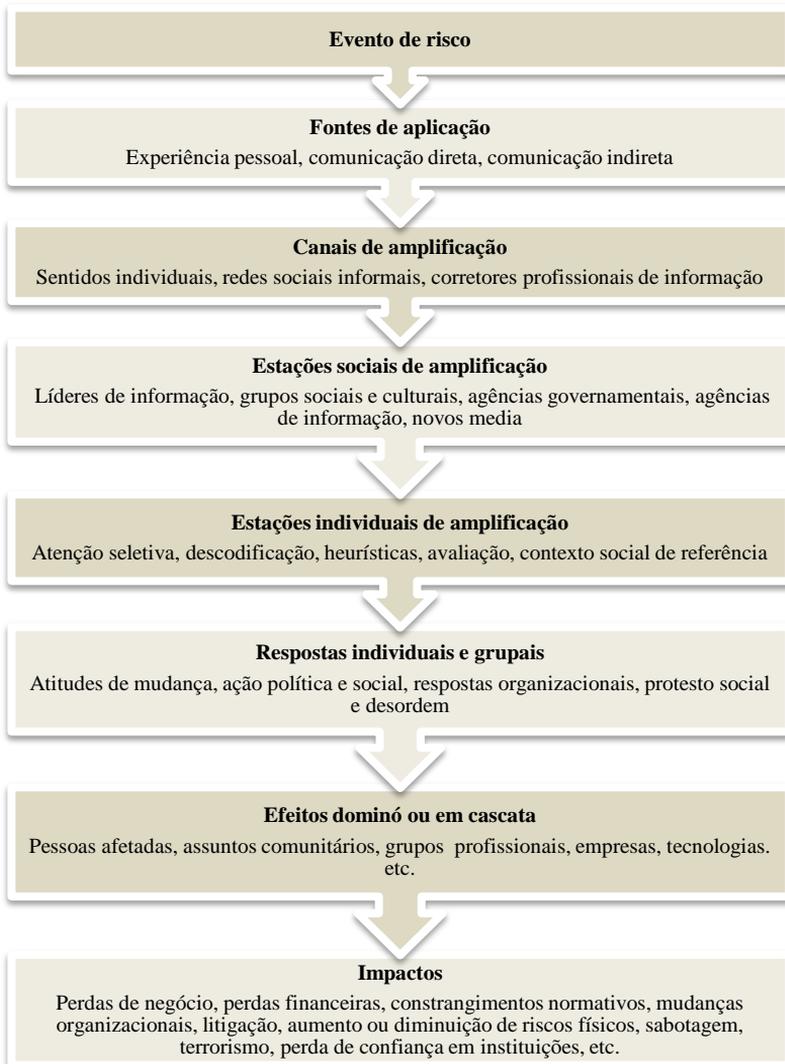
Essa experiência não é apenas um dano físico direto com aqueles imediatamente afetados, mas o resultado de processos pelos quais as pessoas e os grupos aprendem a adquirir e criar interpretações dos riscos (Petts, Horlick-Jones & Murdock, 2001). É importante observar que, embora o conceito de evento sugere um acidente ou incidente com efeitos imediatos, o termo foi aplicado de forma mais ampla pelas/os criadoras/es do SARF para incluir eventos em potencial, ainda não realizados (Idem.), bem como eventos não-físicos, tais como declarações políticas, ações regulatórias ou previsões sobre riscos emergentes.

O sistema de informação utilizado e as características da resposta do público são elementos essenciais para determinar a natureza e a magnitude do risco (Kasperson et al, 1988). O processo de amplificação descreve-se pelos eventos que têm potencial de criar efeito dominó (em cascata) com os impactos secundários e terciários que se espalham para além dos efeitos iniciais do perigo e têm impacto sobre fontes (pessoas, tecnologias, organizações, etc.) não necessariamente relacionadas entre si (Breakwell & Barnett, 2001).

O esquema conceptual envolve duas etapas principais, a transferência de informações sobre o evento de risco e os mecanismos de resposta da sociedade (Petts, Horlick-Jones & Murdock, 2001). A primeira etapa foca o perigo, a relação entre as várias estações de amplificação e as suas relações com as perceções do público e respostas comportamentais de primeira ordem (Breakwell & Barnett, 2001). A segunda etapa privilegia os impactos secundários e terciários. Aqui existe uma ligação direta entre a ampliação de perceções e comportamentos de risco e impactos socioeconómicos, políticos e culturais (Idem.). Os efeitos secundários são percecionados pelos grupos sociais ou indivíduos para que estádios adicionais de amplificação possam ocorrer e produzir um impacto mais elevado. A atenuação ou amplificação desses efeitos terá implicações na

tolerância e aceitabilidade do risco manifestada pelas sociedades (Kasperson, 1992).

**Figura 1 – Esquema conceitual da amplificação social do risco**



Fonte: Adaptado de Kasperson et al (1988).

Kasperson et al (1988) referem que muitos riscos não são sentidos diretamente. Quando a experiência pessoal direta é inexistente ou mínima, as pessoas aprendem sobre o risco através de outras pessoas ou nos media. Mesmo que a experiência direta também possa fornecer informações sobre a natureza, extensão e capacidade de caracterizar a exposição a eventos de risco, os atributos das informações que mais tendem a influenciar a amplificação social são o volume e grau em que a informação é contestada, as conotações simbólicas da informação e a extensão da dramatização.

Grandes volumes de informação mobilizam os temores latentes sobre um determinado risco e ativam a memória de acidentes ou tipo de falhas passadas, ampliando ou reduzindo a extensão em que eventos ou consequências podem ser imaginadas (Idem.). Os debates públicos entre as/os especialistas tendem a dilatar a incerteza sobre quais são os fatos realmente são importantes, a aumentar as dúvidas sobre se os riscos são verdadeiramente compreendidos e a diminuir a credibilidade presente e futura dos comunicadores. A dramatização também é uma poderosa fonte de amplificação, grande parte criada e potenciada pelos *media* (Petts, Horlick-Jones & Murdock, 2001). Boholm (1998) destaca como a comunicação social condiciona a percepção dos riscos e influencia as respostas e atitudes públicas de aceitação, rejeição ou desconsideração dos riscos. Os *media* não só constroem mensagens complexas sobre o risco e os perigos, como detém o poder de ampliar ou atenuar o sentimento social de exposição (Boholm, 1998).

Em suma, o conceito da amplificação social de riscos fornece uma abordagem que explica a forma como as instituições e as estruturas sociais processam um risco e a forma como essas dinâmicas moldam os seus efeitos sobre a sociedade, bem como as suas respostas individuais e coletivas (Kasperson & Kasperson, 1996). A amplificação social ou atenuação pode ocorrer de várias maneiras. Pode começar com um evento de risco, como um acidente de trabalho, um derrame químico ou uma suspeição não validada. Pode surgir a partir do lançamento de um relatório oficial que fornece novas informações sobre as causas de determinados acontecimentos, de grupos de interesse que monitorizam o mundo à procura de informações sobre os perigos relevantes para a sua agenda política ou mesmo de relatórios oficiais com previsões de especialistas sobre riscos emergentes.

Como a maioria das pessoas aprende mais sobre os eventos de risco através de sistemas de informação secundários (formais ou informais) do

que por via da experiência pessoal direta, não é de estranhar que os grupos técnicos especializados, as entidades governativas, as grandes organizações multinacionais, os meios de comunicação de massa e as redes sociais definam, em grande parte, os contextos e termos do debate realizado nas sociedades sobre os riscos, posicionando estas instâncias como as principais estações sociais de amplificação ou atenuação dos riscos na contemporaneidade.

#### **4. Notas finais**

A obra de Ulrich Beck trouxe a público muitos debates sobre as questões do risco na modernidade, consciencializando largos setores das sociedades ocidentais para esta temática, incluindo os próprios especialistas e alguns segmentos do público leigo; obviamente que estas situações tiveram influência na moldagem contemporânea das percepções de risco (Areosa, 2012). Para tentar evitar o confronto e a desconfiança entre estes dois tipos de saberes (especializados e leigos), Beck (1999) chegou a propor a criação de instituições reconhecidamente credíveis para informar o público e a indústria sobre os efeitos dos riscos. A sociedade de risco concebida pelo autor representa uma rutura nítida com a estrutura de pensamento do passado. Contudo, as sociedades continuam a incorporar diversas ambiguidades, nomeadamente o fato de não conseguir explicitar os motivos do mundo ocidental estar amplamente virado para a importância do trabalho e da atividade produtiva, mas continua a suprimir empregos, a ameaçar a empregabilidade das/os trabalhadoras/es e a deteriorar as condições de trabalho. Sabe-se que esta situação é potenciadora de inúmeros riscos psicossociais, diretos e indiretos, suscetíveis de corroer o carácter dos indivíduos (Sennett, 2001) e de degradar a saúde mental dos trabalhadores, onde, em situações extremas, os pode conduzir ao suicídio (Dejours, 2013).

A análise e representação social dos riscos têm sofrido influências a partir da maior atenção por parte de políticos, cientistas, opinião pública e movimentos sociais. Quando as decisões políticas são baseadas em conhecimentos limitados ou insuficientes, onde os níveis de incerteza são altos, a pressão pública para aumentar o conhecimento sobre estes assuntos tende a ser enorme. É neste ponto que a aceitação pública de certos tipos de riscos se torna relevante para as decisões políticas. No entanto, segundo Almeida (2004), nem sempre é possível satisfazer esta pretensão, visto que as “certezas” científicas da modernidade são abaladas

quotidianamente por diversas situações (falta de consensos, níveis diferenciados de tolerância, etc.).

É pertinente distinguir o risco da sua percepção, já que as ameaças que a humanidade teme como passíveis de se tornarem realidade são, de facto, reais nas consequências que produzem (Areosa, 2010). O medo constrói uma realidade social própria, em parte devido à manipulação pública da percepção do risco (Beck, 2002). Por isso, o maior perigo, não é o risco mas a percepção do risco, que liberta fantasias de perigo e antídotos para elas, roubando, dessa maneira, à sociedade moderna a sua liberdade de ação (Idem.). Os riscos assumem uma capacidade de influenciar todo o quotidiano. As fontes de perigo já não estão apenas na ignorância, mas principalmente no saber (Neto, 2013). A consciência do risco já não é uma consciência tendencialmente restrita, mas uma consciência fortemente orientada e determinada por diferentes estações de amplificação como as entidades produtoras e difusoras de conhecimento técnico-científico, de leis e outras normas regulamentares e de comunicação social do risco (Beck, 1992; Kasperson, 1992; Neto, 2013).

Face ao poder das agências governativas europeias, ao alcance difusor dos meios de comunicação de massas e à dinâmica atual das fontes de produção de conhecimento científico, a apresentação na esfera pública de problemáticas como os riscos psicossociais no trabalho, contribui diametralmente para a conversão do modelo de sociedade de risco proposto por Beck (1992) numa conceção de sociedade de riscos emergentes. Estas estâncias cada vez mais têm a força de tornar os fenómenos novos ou progressivos, aumentando a probabilidade de uma parte significativa dos riscos se tornarem emergentes. O ESENER e os relatórios com as previsões dos especialistas são exemplos pragmáticos desse cenário de construção social de uma realidade com a qual a maioria das populações agora se vê confrontada.

O desafio para a sociedade de risco passa pela capacidade de criação de regimes políticos e instituições capazes de atender aos novos cenários de fabricação acelerada de riscos e à necessidade de modelos de proteção que forneçam resposta ao aumento das expectativas populacionais para a contenção de riscos e a redução da complexidade dos processos de comunicação de riscos (Kasperson & Kasperson, 1996; Neto, 2013). Urge o desenvolvimento de estratégias estruturadas de gestão dos processos de amplificação social, devendo as mesmas estar entrelaçadas com os valores basilares da ética, solidariedade e responsabilidade que os processos democráticos exigem.

Nessa estratégia talvez fosse de considerar a proposta de Breakwell e Barnett (2001) de se começar a considerar explicitamente uma terceira dimensão de amplificação, a qual é designada por representação. No fundo, assume-se formalmente a necessidade de intervenção nos processos de amplificação, com recurso a instâncias de moderação/mediação. Quando um risco se intensifica, importa direcionar a comunicação de risco para puxar as perceções públicas e impactos sociais em consonância com os dados reais credíveis existentes, ou seja, realizar uma desintensificação social do risco. Quando os riscos são atenuados e a opinião pública dá pouca atenção, direciona-se as comunicações para uma desatenuação social do risco. No fundo, os processos de desintensificação e desatenuação são mecanismos de intervenção que se referem ao movimento para longe da representação dos estados de amplificação e atenuação (Breakwell & Barnett, 2001). A tendência contemporânea de atribuição de visibilidade a riscos ocupacionais, como os de âmbito psicossocial, concebendo-os como riscos emergentes, seria um contexto que podia beneficiar com este tipo de mediação, devido à elevada intensificação social que se está a verificar.

## 5. Referenciação bibliográfica

- Adams, J. (1995). *Risk*. London: UCL Press.
- Adams, J. & Thompson, M. (2002). *Taking account of societal concerns about risk: framing the problem*. Sudbury: HSE Books.
- Almeida, A. (2004). Incertezas e riscos no contexto da engenharia, In Workshop «Clima e Meteorologia dos Arquipélagos Atlânticos», Angra do Heroísmo, Portugal.
- AESST (s/d). Observatório Europeu dos Riscos. Retirado de <https://osha.europa.eu/pt/riskobservatory/index.html>
- AESST (2005). Expert forecast on emerging physical risks related to occupational safety and health. Retirado de <https://osha.europa.eu/en/publications/reports/6805478>
- AESST (2007a). Expert forecast on emerging psychosocial risks related to occupational safety and health. Retirado de <https://osha.europa.eu/en/publications/reports/7807118>
- AESST (2007b). Expert forecast on emerging biological risks related to occupational safety and health. Retirado de <https://osha.europa.eu/en/publications/reports/7606488>
- AESST (2009). Expert forecast on emerging chemical risks related to occupational safety and health. Retirado de [https://osha.europa.eu/en/publications/reports/TE3008390ENC\\_chemical\\_risks](https://osha.europa.eu/en/publications/reports/TE3008390ENC_chemical_risks)

- Areosa, J. (2010). O risco nas ciências sociais: uma visão crítica ao paradigma dominante, *Revista Angolana de Sociologia*, 5/6, 11-33.
- Areosa, J. (2012). *O lado obscuro dos acidentes de trabalho: um estudo de caso no setor ferroviário*. Famalicão: Editora Húmus.
- Bauman, Z. (1993) *Postmodern Ethics*. Cambridge, MA: Basil Blackwell.
- Beck, U. (1992) *Risk society. Towards a new modernity*. London: Sage.
- Beck, U. (1999). *World risk society*. Cambridge: Polity Press.
- Beck, U., Giddens, A. & Lash, S. (2000). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Oeiras: Celta Editora.
- Beck, U. (2002). O Estado cosmopolita – Para uma utopia realista Available online at: <http://www.eurozine.com/pdf/2002-01-30-beck-pt.pdf>
- Beck, U. (2013). Viver na sociedade do risco mundial e lidar com ele, In Daniel Innerarity & Javier Solana (Orgs.), *A humanidade ameaçada: a gestão dos riscos globais*. Lisboa: Teodolito.
- Boholm, A. (1998). Comparative studies of risk perception: a review of twenty years of research. In *Journal of Risk Research*, 1 (2), 135-163.
- Breakwell, M. & Barnett, J. (2001). The impact of social amplification of risk on risk communication. Retirado de [http://www.hse.gov.uk/research/crr\\_pdf/2001/crr01332.pdf](http://www.hse.gov.uk/research/crr_pdf/2001/crr01332.pdf)
- Dejours, C. (2013). A sublimação, entre o sofrimento e prazer no trabalho, *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 33 (2), 9-28.
- Gardner, D. (2008). *Risco: a ciência e a política do medo*. Rio de Janeiro: Odisseia Editorial.
- Giddens, A. (1995), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, A. (2000). *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- Kasperson, R. (1992), The social amplification of risk: progress in developing an integrative framework, In Sheldon Krinsky e Dominic Golding (orgs.) - *Social theories of risk* (pp. 153-178), Westport: Praeger.
- Kasperson, R. et al. (1988), The social amplification of risk: a conceptual framework, *Risk Analysis*, 8(2), 177-187.
- Kasperson, R. & Kasperson, J. (1996), The Social Amplification and Attenuation of Risk. In *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 545, Challenges in Risk Assessment and Risk Management, 95-105.
- Lagadec, P. (1981). *La civilisation du risque: catastrophes technologiques et responsabilité sociale*. Paris: Seuil.
- Neto, H. V. (2013). *Construção social do risco e da segurança no trabalho em contexto organizacional*. Porto: Civeri Publishing.
- Petts, J., Horlick-Jones, T. & Murdock, G. (2001). Social amplification of risk: The media and the public. Retirado de [http://www.hse.gov.uk/research/crr\\_pdf/2001/crr01329.pdf](http://www.hse.gov.uk/research/crr_pdf/2001/crr01329.pdf)
- Sennett, R. (2001). *A corrosão do carácter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Lisboa: Terramar.